

Dos estudos de usuários à noção de práticas informacionais: contribuições da Teoria da Prática

From user studies to the notion of information practices: contributions from Theory of Practice

Jefferson Veras Nunes

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP.
Professor do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará – UFC.
jefferson.veras@yahoo.com.br

Bárbara Luisa Ferreira Carneiro

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Ceará – UFC.
barbaracarneiro@hotmail.com

Resumo

Aborda a noção de práticas informacionais levando em conta o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, tomando como base os desdobramentos teóricos dos estudos de usuários. Como metodologia, adota a pesquisa exploratória, recorrendo também à pesquisa bibliográfica e documental, com foco na noção de práticas informacionais e na Teoria da Prática bourdieusiana. A partir da análise da literatura, destaca que a noção de práticas informacionais está estreitamente vinculada ao paradigma social da Ciência da Informação por incorporar questões mais amplas relacionadas à informação, contribuindo com o desenvolvimento de uma abordagem sociocultural no âmbito dos estudos de usuários. Conclui que a Teoria da Prática bourdieusiana auxilia a noção de práticas informacionais no entendimento de que as ações dos indivíduos são conformadas por um embate entre agência e estrutura, interioridade e exterioridade, indivíduo e sociedade, oferecendo importantes contribuições teórico-conceituais à Ciência da Informação ao reforçar a ideia de que a informação se constitui a partir de sua relação com o indivíduo, e deste com o mundo.

Palavras-chave: Estudos de usuários. Práticas informacionais. Teoria da Prática.

Abstract

It addresses the notion of informational practices taking into account the interdisciplinary nature of Information Science, based on the theoretical unfolding of user studies. As methodology, it adopts the exploratory research, also resorting to the bibliographical and documentary research, focusing on the notion of informational practices and on the theory of bourdieusian practice. From the analysis of the literature, the text call attention to notion of information practices is closely linked to the social paradigm of Information Science by incorporating broader issues related to information, contributing to development of a sociocultural approach within the scope of user studies. It concludes that the theory of practice assists the notion of informational practices in the understanding that the actions of individuals are conformed by a clash between agency and structure, interiority and externality, individual and society, offering important theoretical-conceptual contributions to Information Science at reinforce the idea that information is constituted from its relation with the individual, and from this with the world.

Keywords: User studies. Informational practices. Theory of Practice.

1. Introdução e Metodologia

O objetivo deste artigo é abordar a noção de práticas informacionais levando-se em conta o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, tomando como base os desdobramentos teóricos de um dos seus subcampos, amplamente conhecido como estudos de usuários. Nesse sentido, busca-se apontar elementos conceituais que possam colaborar com o debate em torno dos estudos de usuários, assinalando as contribuições da Teoria da Prática bourdieusiana à noção de práticas informacionais.

Considera-se esta discussão como uma das principais contribuições do presente artigo, justamente porque, apoiando-se na crítica de Yeoman (2010), é possível identificar um rico conjunto de modelos voltados ao estudo dos comportamentos ou práticas dos usuários da informação, no entanto, faz-se necessário mais avanços teóricos acerca do tema, possibilitando, assim, o surgimento de novas abordagens para o subcampo no âmbito da Ciência da Informação.

A metodologia adotada aqui se caracteriza como exploratória e tem como base a realização de um amplo levantamento de literatura, incluindo pesquisa bibliográfica e documental, com a finalidade de obter a maior diversidade possível de materiais que venham a contribuir com o conceito de práticas informacionais, bem como apontar para leituras aprofundadas sobre a Teoria da Prática bourdieusiana. Apoiando-se em Marconi e Lakatos (2006, p. 71) quando afirmam que a pesquisa bibliográfica não se define como “[...] mera repetição do que foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Nesse sentido, acredita-se que o presente artigo pode vir a auxiliar no desenvolvimento de outras pesquisas, sejam elas de cunho teórico ou aplicado.

2. Informação: do substantivo ao verbo

Várias foram as mudanças sofridas pela Ciência da Informação desde suas primeiras conceitualizações, ainda nos anos 1960, as quais podem ser creditadas tanto às conferências realizadas no *Georgia Technology Institute*, como aos artigos de Taylor (1966) e Borko (1968), responsáveis por uma definição embrionária de Ciência da Informação, apontando-a como um campo derivado ou relacionado à Matemática, Lógica e Computação, dentre outros. De início, a área incorporou os postulados da Teoria da Informação – também conhecida como Teoria Matemática da Comunicação – para delinear seu objeto de estudo. Nesta, informação é definida como sinal passível de ser mensurado, tendo como principal território disciplinar para o seu alicerce as Ciências Exatas e Tecnológicas.

Tal perspectiva pode ser responsável por uma crise de identidade evidenciada durante determinado período na Ciência da Informação (ALMEIDA, 2007), onde, devido a um forte apelo tecnológico, seguido por um aporte quantitativo no tocante ao estudo da informação, não se sabia definir com precisão em que domínio do conhecimento a área poderia estar inserida. Contudo, se por um lado a Teoria da Informação ocasionou uma visão reducionista acerca da informação enquanto fenômeno; por outro, ela proporcionou com que algo considerado banal e até então ignorado, de modo geral, pela ciência pudesse ser investigado – mesmo que de forma objetiva, constituindo-se em objeto de estudo científico.

Os aspectos semântico e intersubjetivo da informação não são abordados pela Teoria da Informação, e isto porque, *grosso modo*, seu principal propósito é analisar a quantidade de informação que pode ser enviada de um emissor até um receptor, passando por um canal, com o mínimo de ruído possível. As mensagens comportam-se, portanto, como sinais e são estudadas sob o viés do controle. Assim, referindo-se à teoria de Claude Shannon, Logan (2012, p. 34) assinala que “o problema fundamental da comunicação é reproduzir exata ou aproximadamente em um ponto uma mensagem selecionada em outro ponto”.

Apesar da informação conter algum significado, este não se constitui como um elemento essencial à sua definição no âmbito da Teoria da Informação. Com frequência, as informações ou “[...] mensagens têm um significado, isto é, referem-se ou estão correlacionadas a algum sistema com certas entidades físicas ou conceituais. Esses aspectos semânticos da comunicação são irrelevantes para o problema de engenharia” (LOGAN, 2012, p. 34). Questões sobre como o indivíduo pode se apropriar da informação, por exemplo, são desconsideradas, bem como o

contexto social em que ela foi gerada e no qual será adotada.

Contudo, defende-se aqui que a informação implica em significado, está inscrita na cultura e depende das ações dos indivíduos para existir e se modificar, logo, sua definição deve levar em conta outras esferas sociais, indo além de uma noção meramente matemática. Faz-se necessário acentuar este ponto para se poder travar, mais à frente, a discussão a qual este texto se propõe sobre o conceito de práticas informacionais.

Conforme salienta Araújo (2014), vários foram os autores que se dedicaram ao empreendimento de seleção, organização e exposição de alguns dos conceitos de informação adotados pela Ciência da Informação. Contudo, o autor destaca o esforço de Capuro e Hjørland (2007) que, em um texto intitulado “O conceito de informação”, publicado originalmente em 2003, no *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST), o termo é discutido desde suas origens históricas, até sua ocorrência nas Ciências Naturais, Humanas e Sociais. Nesse sentido, Capuro e Hjørland (2007) sinalizam a presença de, pelo menos, quatro conceitos principais de informação, quais sejam: o da teoria da informação, a qual se encontra amparada nas formulações de Shannon e Weaver; o enfoque cognitiva, adotado por meio das proposições de Bertram C. Brookes e Nicholas J. Belkin; uma perspectiva neodocumentalista, a partir das contribuições de Michael Buckland ao reintroduzir o conceito de documento na ciência da informação; e um quarto, relacionado ao desenvolvimento de abordagens apoiadas em teorias como a análise de domínio, o sociocognitivismo, a hermenêutica e a semiótica (ARAÚJO, 2014).

Com base nisso, diversos teóricos podem ser apontados como precursores de alguns dos paradigmas da Ciência da Informação, estando atrelados também à variadas definições do objeto de estudo da área. Nesse sentido, a noção de práticas informacionais como um possível paradigma para a Ciência da Informação está menos associada a uma dimensão matemática e física da informação e mais ao sentido da ação humana, sendo, portanto, herdeira de abordagens socioculturais.

Embora Capuro (2003) tenha apontado a existência de três paradigmas dominantes na Ciência da Informação, apresentando desde avanços até impasses de cada um, tal exposição é percebida como meramente didática e não implica necessariamente na ideia de substituição de um pelo outro, uma vez que a tríade exposta pelo autor parece reduzir determinadas discontinuidades históricas, tomando apenas três paradigmas como marcos epistemológicos da área. Assim, a relação entre eles pode ser tida mais como um processo de sedimentação do que de segregação, uma vez que um fornece as bases à formulação do outro. Cada paradigma

sinaliza um modo de entendimento da informação, sendo todos eles igualmente válidos e operacionalizáveis. As questões relacionadas à informação continuam exigindo investigações que, conforme a perspectiva adotada, ressaltam uma dimensão física, cognitiva ou social, dentre outras possíveis identificadas em meio a epistemologia da área.

Dentre os vários conceitos de informação existentes na Ciência da Informação, a perspectiva que se apresenta mais apropriada aos objetivos deste texto é aquela que faz referência ao papel ativo atribuído para o indivíduo, à medida em que é o próprio indivíduo quem orienta suas ações para “ser/ estar/ ficar informado” (ILHARCO, 2003). Isto implica em defender a ideia de que a informação não tem vida própria, nem existência exterior, ao contrário, assenta-se nos contextos sociais, culturais, políticos e econômicos nos quais os indivíduos estão inseridos (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

De substantivo a informação passa a verbo – ou seja, de “coisa” passa a processo – refletindo não somente a condição humana no século XXI, de transitoriedade e maior dinamismo, mas possibilitando também com que se direcione um olhar sensível e cada vez mais atento para o fato de que a produção, o consumo, a busca, a mediação e o compartilhamento de informação compreendem atividades cotidianas e afetam diretamente as práticas dos indivíduos (ARAÚJO, 2013; SILVA; NUNES, 2014). Nas palavras de Nascimento (2006, p. 28), a informação “[...] criada ou construída pelo sujeito que se relaciona com outros sujeitos, como aquilo que define a prática social, é algo a ser mais profundamente estudado”. Este tem sido, portanto, um dos desafios assumidos pelos estudos de usuários a partir do conceito de práticas informacionais.

3. Estudos de usuários: limites e possibilidades de pesquisa

Há, na Ciência da Informação, uma tendência cada vez maior em se estudar a informação levando-se em conta a influência das interações e contextos sociais. Tendência esta reforçada pelo desenvolvimento de estudos sobre a produção, o consumo, a mediação e o uso da informação pelos indivíduos em diferentes espaços. Isto decorre da proporção que a informação tomou a partir do século XX, onde para estudá-la em seus múltiplos planos de atividades não se pode omitir-se do estudo da sociedade, tampouco do indivíduo.

Alguns desses estudos têm sido realizados num subcampo de pesquisa denominado como estudos de usuários, os quais enfrentaram várias mudanças até adquirirem a forma que

possuem hoje. De início, os estudos de usuários não recebiam esta denominação, sendo conhecidos como “levantamento bibliotecário” ou como “enquetes sobre leitura” (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015). Em Figueiredo (1983; 1994) encontra-se as expressões “estudos de comunidade” e “estudos de uso de bibliotecas” para aludir às pesquisas realizadas, ainda nos anos 1930, por integrantes da *Graduate Library School* da Universidade de Chicago, cujo intuito era identificar o que as pessoas liam e que usos elas faziam das bibliotecas, de modo a subsidiar decisões em nível administrativo.

Contudo, uma nova perspectiva para os estudos de usuários foi inaugurada em 1948 com a realização da *Royal Society Scientific Information Conference*, em Londres. Evento no qual foram discutidos os serviços e sistemas com o objetivo de aperfeiçoar métodos no tocante à coleta, representação e disseminação da informação científica. Dois trabalhos se destacaram. O primeiro por problematizar os usos da informação científica e tecnológica por pesquisadores britânicos; e o segundo ao se lançar a investigar o uso da biblioteca do Museu de Ciência de Londres (CHOO, 2006). A finalidade de ambas as pesquisas era compreender “[...] como os cientistas e técnicos buscavam e obtinham a informação, quais as ferramentas e recursos utilizados, sobretudo, em seu ambiente de trabalho” (TANUS, 2014, p. 147).

Grosso modo, os estudos de usuários dividem-se em duas abordagens: tradicional e alternativa, diferenciando-se por seu caráter quantitativo ou qualitativo (DERVIN; NILAN, 1986). Além disso, cabe apontar uma presença marcante do Funcionalismo e do Behaviorismo na composição da agenda dos estudos de usuários (LIMA, 1994), subsidiando tanto estudos com foco nos sistemas, como aqueles diretamente voltados aos indivíduos. Enquanto na primeira abordagem a informação é analisada objetivamente; na segunda, ela é estudada a partir das representações mentais dos usuários (FIGUEIREDO, 1994; CHOO, 2006).

Assim, conforme levantamento de Araújo (2013), das décadas de 1940 a 1960 os estudos de usuários desenvolveram-se numa perspectiva quantitativa e funcionalista, tendo como finalidade estudar as necessidades e os usos da informação no âmbito da comunicação científica. Neles, encontravam-se análises focando perfis sociodemográficos com o objetivo de captar padrões de utilização e acesso às fontes e sistemas de informação, sob um ponto de vista positivista. A coleta de dados quantitativos almejava auxiliar no planejamento de serviços para atender às necessidades dos usuários, embora esta não pudesse revelar dados sensíveis relacionados ao uso da informação (CUNHA, 1982). Nessa fase, pode-se identificar também a adoção frequente da expressão comportamento informacional.

Diferentemente das décadas anteriores, onde a preocupação residia na utilização e acesso às fontes e sistemas de informação por meio de uma metodologia quantitativa, é a partir da segunda metade dos anos 1960 e toda a década de 1980 que, de acordo com Araújo (2013), começam a surgir pesquisas com abordagens centradas nas ações humanas. Dentre os grupos estudados, cabe citar “os cientistas das ciências puras” e engenheiros; em seguida, nos anos 1960, os “tecnologistas” e educadores; e, nos anos 1970, os cientistas sociais, bem como funcionários dos “altos escalões da administração governamental” (FIGUEIREDO, 1994).

Tais pesquisas assinalam uma crítica aos estudos anteriores justamente porque estes apresentavam se preocupavam com características gerais de grupos, desconsiderando idiosincrasias. Nesse sentido, Wilson (1981) reforça essa crítica ao apontar para uma necessidade de mudança, passando-se do exame das fontes e sistemas a uma análise comportamental, onde é valorizado o conhecimento tácito dos indivíduos.

Esse direcionamento marca a abordagem alternativa, na qual uma perspectiva cognitivista se sobressai, o que significa “entender o que é a informação do ponto de vista das estruturas mentais dos usuários que se relacionam (que necessitam, que buscam e que usam) a informação” (ARAÚJO, 2014, p. 62). Portanto, a informação serviria para preencher *gaps* cognitivos (ou lacunas de conhecimento), ao passo em que novas informações poderiam ser acrescentadas às estruturas mentais que os indivíduos detêm acerca de algo, já que, segundo Venâncio e Nassif (2008), o indivíduo é abordado nessa perspectiva como mero “processador de informações”.

Na ótica de Cunha, Amaral e Dantas (2015), os estudos da década de 1990 podem ser caracterizados por preocupações referentes às mudanças ocasionadas pela internet, podendo-se perceber também um aumento no número de pesquisas qualitativas. Um novo olhar é lançado e passa-se a levar em consideração os usuários em seus diferentes aspectos, tais como os contextos sociais, culturais, políticos, econômicos, organizacionais e outros (GONZÁLEZ TERUEL, 2005; TERTO; DUARTE, 2014). Nesse sentido, vale mencionar o modelo integrativo desenvolvido por Choo (2006) no final dos anos 1990, criado a partir da síntese de modelos anteriores, porém com o propósito de destacar quais elementos podem atuar no comportamento informacional dos indivíduos, tais como as dimensões cognitiva, afetiva e contextual (FURTADO et al, 2015).

No que se refere à realidade brasileira, as pesquisas do início do século XXI, influenciadas pelo acelerado desenvolvimento tecnológico, têm buscado discutir, segundo

Cunha, Amaral e Dantas (2015), temas como: os usos dos periódicos eletrônicos; as mudanças ocasionadas pelo *open access* no cerne das comunidades científicas; as relações entre livros eletrônicos e leitores; e, a dinâmica informativa dos *blogs* e redes sociais na internet. Focando na chamada comunicação mediada por computador, a partir da primeira década do século XXI podem ser apontados como temas predominantes: pesquisas sobre usabilidade; mídias sociais; e, interatividade proporcionada aos usuários pelas ferramentas da chamada *web social*.

Já em âmbito internacional, diferentes disciplinas têm oferecido à Ciência da Informação suas contribuições. É notória, nos últimos anos, a instauração de novas possibilidades de pesquisa, sobretudo a partir da incorporação de métodos da pesquisa qualitativa, preenchendo algumas das lacunas deixadas pelas abordagens anteriores. Pesquisas estas apresentadas em eventos como o *International Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS)* e o *Information Seeking in Context (ISIC)*.

O estudo das práticas informacionais demarca uma concepção de informação que leva a uma perspectiva intersubjetiva, vindo a preencher algumas das lacunas deixadas pelas abordagens tradicional e alternativa dos estudos de usuários. Intersubjetividade esta que passa a considerar tanto a relação entre os indivíduos, como entre estes e a informação em contextos socioculturais distintos.

Nesse sentido, vale destacar o papel de Savolainen (2007) ao introduzir uma perspectiva de análise que assinala a importância do contexto no qual o usuário está inserido. Para Savolainen, a noção de práticas informacionais abrange modos de identificar, buscar, avaliar e compartilhar informações através de construtos sociais com base nas necessidades e motivações dos próprios indivíduos. Seguindo uma direção semelhante, Frohmann (2008) assinala que a Ciência da Informação se caracteriza como uma prática social e, por esse motivo, ao se debruçar sobre a relação entre usuário e informação deve considerar suas experiências, condições de trabalho e comunidades de que participa. Sob essa ótica, o conceito de práticas informacionais fortalece o desenvolvimento de abordagens socioculturais nos quadros teórico-metodológicos da área.

A partir de um texto intitulado *On user studies and information needs*, publicado ainda no início dos anos 1980, Wilson inspirou várias pesquisas realizadas no subcampo dos estudos de usuários, suscitando a criação de diversos outros modelos a partir do seu. Com isso, ajudou a compor um paradigma que destacava o papel das ações humanas em detrimento dos aspectos técnicos dos sistemas de informação através do conceito de comportamento informacional.

Conforme Wilson (1981; 2000), comportamento informacional pode ser definido como o modo de agir de um indivíduo frente aos canais e fontes de informação, desde os procedimentos de busca (classificados pelo referido autor como “ativos” e “passivos”), até os usos *a posteriori* que serão feitos das informações obtidas.

O modelo proposto por Wilson tem raízes no *behaviorismo*, ao fomentar a relação “estímulo-resposta”, na qual “a dimensão propriamente humana dos usuários (seres simbólicos, seres sociais) continua sendo desconsiderada” (ARAÚJO, 2015, p. 11). Segundo Pinto e Araújo (2012), apoiados em Marteleto (1995), “o estudo das práticas informacionais considera os significados atribuídos pelos sujeitos durante as ações de buscar, usar e disseminar informações nos 'espaços constituídos e concretos de realização' de tais práticas” (PINTO; ARAÚJO, 2012, p. 223).

Assim, representando um significativo avanço teórico e conceitual com relação ao subcampo dos estudos de usuários, Savolainen (1995) defende que a informação deve ser problematizada a partir de dinâmicas socioculturais e dos contextos nos quais a informação é obtida e para os quais será apropriada. Nesse sentido, define um modelo para expor com clareza sua teoria, ao passo em que aponta, também, caminhos metodológicos para a aplicação do conceito de práticas informacionais em pesquisas empíricas. Esse modelo chama-se ELIS e remete à expressão *Everyday Life Information Seeking* (traduzida livremente para o português como Busca de Informações na Vida Cotidiana).

As bases conceituais que deram origem ao modelo ELIS foram formuladas tomando como apoio a teoria de Bourdieu, amparando-se no conceito de *habitus*. De acordo com Savolainen (1995), a teoria do *habitus* oferece ferramentas conceituais significativas para se investigar a busca e o uso da informação enquanto “componente natural das práticas cotidianas” (SAVOLAINEN, 1995, p. 261). Isto porque o *habitus* possibilita a compreensão das ações dos indivíduos como construtos sociais, onde suas escolhas pessoais também podem ser objetivamente orientadas pelas estruturas dos espaços sociais dos quais participam.

O modelo busca ressaltar os contextos práticos da vida ordinária, definidos como *nonwork contexts*. Os estudos baseados no modelo ELIS têm como objetivo discutir como as pessoas acessam e utilizam variadas fontes e canais de informação para atender suas demandas. Demandas estas que podem se manifestar em diferentes situações, concebidas a partir de interesses pessoais, como com base em referências estruturadas coletivamente.

Nesse sentido, as práticas informacionais tanto dependem dos contextos sociais para se desenvolverem e transformarem-se, como são produzidas, também, com base nas experiências subjetivas dos indivíduos. Portanto, discutir sobre como a Teoria da Prática pode oferecer importantes elementos teóricos para o debate em torno do conceito de práticas informacionais constitui-se como o principal propósito da seção a seguir.

4. Contribuições da teoria da prática à noção de práticas informacionais

Aqui, cabe, inicialmente, lançar mão de algumas ideias formuladas por Pierre Bourdieu ao desenvolver sua Teoria da Prática, para, em seguida, empreender algumas aproximações desta com a noção de práticas informacionais.

A Teoria da Prática é frequentemente caracterizada por destacar o embate entre agência (indivíduo) e estrutura (sociedade), interioridade (subjetividade) e exterioridade (objetividade). Nesse sentido, a estrutura se caracteriza como dinâmica, formada por relações históricas e entendida como produto e produtora de ações, as quais são, ao mesmo tempo, condicionadas e condicionantes (THIRY-CHERQUES, 2006). O indivíduo é “socialmente configurado” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002), o que envolve desde gostos, hábitos, estilos de vida, *hélix* corporal e visões de mundo, dentre outras coisas, sendo cada uma delas construções produzidas tanto coletivamente, como individualmente.

Em um texto intitulado Esboço de uma teoria da prática, Bourdieu (1983) defende o que ele chama de “conhecimento praxiológico” enquanto ferramenta conceitual para se compreender o caráter plural e, por vezes, contraditório do mundo social. Trata-se de uma tentativa teórica de articulação dialética entre indivíduo e estrutura (ORTIZ, 1983).

O conhecimento que podemos chamar de praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade: este conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer, um questionamento das condições de possibilidade e, por aí, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador situando-se no próprio movimento de sua efetivação (BOURDIEU, 1983, p. 46-47).

O “conhecimento praxiológico” implica num movimento duplo que em “interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 1983). Com isso, o principal propósito do autor é romper tanto com um modo de compreensão meramente objetivo,

como rejeitar uma abordagem preponderantemente subjetiva. Assim, erige duras críticas ao entendimento das estruturas enquanto algo exterior aos indivíduos e dotadas de leis próprias; por sua vez, também recusa a ideia de completa autonomia por parte dos indivíduos no tocante aos seus comportamentos e esquemas de percepção, pensamento e ação.

Para melhor compreender a Teoria da Prática bourdieusiana, cabe recorrer ao conceito de *habitus*, principalmente porque este, conforme assinala Setton (2002), possibilita evidenciar a relação entre indivíduo e sociedade. A noção de *habitus* foi amplamente adotada na Filosofia e na Sociologia, desde Aristóteles até Durkheim, e retomada por Bourdieu nos anos 1960 enquanto conceito mediador do conflito existente entre as realidades individuais e coletivas (WACQUANT, 2007). Para Setton (2002, p. 63), *habitus* pode ser definido como “um sistema de esquemas individuais socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas”, orientado a partir de ações desempenhas na vida cotidiana.

Conforme Thiry-Cherques (2006, p. 33), as disposições as quais compõem o conceito de *habitus* “[...] não são nem mecânicas, nem determinísticas. São plásticas, flexíveis. Podem ser fortes ou fracas. Refletem o exercício da faculdade de ser condicionável, como capacidade natural de adquirir capacidades não-naturais, arbitrárias”. Portanto, não constituem instâncias fixas, mas moldáveis; isto requer que se leve em conta a articulação entre as liberdades individuais e os condicionamentos sociais, envolvendo questões, por vezes, tidas como “naturais” ou “fabricadas”, dependendo do modo como se deu o processo de internalização.

A interiorização de normas, valores, princípios de distinção e hierarquias pode indicar tanto o modo como se efetivam as ações dos indivíduos, como também assinalar como se dá a composição de uma lógica objetiva da realidade, ou seja, enfatiza o caráter concreto das práticas considerando as condições nas quais tais práticas podem se realizar de modo efetivo. O conceito de *habitus* traz consigo um rol de “esquemas generativos” (BOURDIEU, 1983) através dos quais os indivíduos compreendem o mundo ao seu redor. Assim, deve-se considerar como o *habitus* se estrutura a partir das instituições e contextos nos quais os indivíduos estão inseridos, uma vez que as regras e as disposições incorporadas variam conforme os espaços e as posições ocupadas neles.

Desse modo, o *habitus* não deve ser entendido como a reprodução de uma única estrutura social, mas tomado a partir da influência de diferentes contextos nos quais os indivíduos transitam. Ademais, cabe evitar analisá-lo como um princípio unificado, coerente,

justamente porque ele pode revelar graus variados de interação e conflito conforme as situações que cooperaram à sua produção (WACQUANT, 2007). Para dar conta dessas questões e de outras surgidas no desenvolvimento do que o autor nomeia como “conhecimento praxiológico”, Bourdieu formula ainda o conceito de campo social.

Segundo Ortiz, o campo social pode ser definido enquanto espaço onde se revelam relações de poder e de força, “[...] o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio” (ORTIZ, 1983, p. 21). O *quantum* referido pelo autor é denominado como capital simbólico e é a partir dele que se formam as disputas no interior de um campo social (Bourdieu também fala em capital social e capital cultural, os quais são conversíveis uns nos outros). As disputas num determinado campo social têm um caráter simbólico e também aludem a um tipo de capital tão importante quanto o econômico, contudo, nem sempre evidente, podendo ser disputado em maior ou menor grau por seus integrantes.

Os campos sociais podem ser caracterizados de variadas formas, abarcando diferentes setores da vida. Alguns exemplos são: campo literário, campo artístico, campo jurídico, campo econômico, campo político, campo religioso e campo científico, dentre outros, cada um conta com lógicas e dinâmicas próprias. O conceito de campo social está intimamente relacionado ao de *habitus*, ao assinalar que é justamente a posição que se ocupa no primeiro, assim como a posse do tipo de capital valorizado neste, o que afeta diretamente o resultado das disposições (modos de ser, agir, pensar e sentir, por exemplo) produzidas pelo segundo. Dessa maneira, conforme assinala Thiry-Cherques (2006, p. 35),

O social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irredutível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura.

O que permite a formação, transformação e manutenção de um campo social são justamente as motivações existentes nele e partilhadas entre seus membros através de bens específicos (sejam eles visíveis ou não, materiais ou mentais), bem como as práticas adotadas ou rejeitadas em seu interior. Nesse sentido, compreendem microcosmos nos quais se pode identificar desde normas, valores e leis que os governam, até tipos de capitais que regem a conquista de prestígio e definem as hierarquias que organizam a distribuição de poderes, formas de integração e de conflitos.

A perspectiva adotada por Bourdieu para a formulação de um “conhecimento praxiológico”, bem como dos conceitos derivados dele, tais como *habitus* e campo social, apontam para uma abordagem pós-estruturalista, ao colocar sob rasura “a existência de estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 28); por sua vez, ao definir *habitus* como “aquilo que confere às práticas sua relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato [...]” (BOURDIEU, 1990¹ apud WACQUANT, 2007, p. 67), defende que as práticas dos indivíduos são geradas conforme os campos sociais aos quais estão inscritas.

Nesse sentido, as práticas sociais e informacionais não são engendradas isoladamente, mas geradas num universo mais amplo, orientando-se, em alguma quantidade e qualidade, por referenciais previamente estruturados. Os indivíduos até podem exercer certa autonomia ao identificarem, buscarem, avaliarem e compartilharem informações levando em conta suas motivações profissionais ou pessoais, no entanto, estas encontram-se também subjacentes a construtos sociais mais amplos.

Assim, cabe chamar atenção para a importância de se considerar os diferentes sentidos que uma mesma informação, por exemplo, pode adquirir para um indivíduo considerando os vários contextos sociais nos quais esta informação é gerada e recepcionada. De acordo com Logan, “a noção de informação independente de seu significado e do contexto é algo semelhante a olhar para uma figura isolada do seu fundo. Quando o fundo muda, muda também o significado da figura” (LOGAN, 2012, p. 35). Isto porque, conforme o momento ou o espaço no qual o indivíduo está inserido, a informação adquire uma conotação que, se analisada em outra circunstância, poderá evocar um quadro diferente de significados. Ainda que os significados possam emanar do contexto, eles não são meramente objetivos, de forma que tanto a informação, como as práticas dos usuários podem adquirir sentidos variáveis, resultados de associações intersubjetivas.

Ao criticar o paradigma cognitivo, Capurro (2003) assinala que, numa perspectiva contemporânea, apoiada em uma abordagem sociocultural, faz-se necessário considerar “os condicionamentos sociais e materiais do existir humano” e o modo como eles podem afetar as práticas informacionais dos indivíduos, arbitrando tanto sobre a constituição das necessidades dos usuários, como interferindo na composição dos esquemas de produção, consumo,

¹ BOURDIEU, P. **The logic of practice**. Cambridge: Polity Press, 1990.

transmissão e disseminação da informação. Portanto, segundo Capurro (2003, p. 14),

Os limites do paradigma cognitivo se apóiam precisamente na metáfora, ou *pars pro toto*, de considerar a informação ou como algo separado do usuário localizado em um mundo numênico, ou de ver o usuário, se não exclusivamente como sujeito cognoscente, em primeiro lugar como tal, deixando de lado os condicionamentos sociais e materiais do existir humano.

Ao se falar em prática informacional e contexto, pode-se evocar os conceitos de *habitus* e campo social de Bourdieu para se problematizar os usos da informação de forma crítica e reflexiva. Isto porque os dois pares de conceitos – de um lado, prática informacional e contexto; e do outro, *habitus* e campo social – obedecem a uma lógica relacional, exigindo que sua análise seja capaz de reconhecer tanto as vontades individuais e subjetivas inscritas em determinada prática informacional (ou *habitus*), como as estruturas sociais que orientam a construção e organização dos sentidos num dado contexto (ou campo social).

As práticas informacionais surgem da experiência ordinária dos indivíduos “transformados em sujeitos sociais no processo histórico e cultural, não por fazerem parte de atos excepcionais, mas simplesmente por viverem a vida cotidiana” (GUARALDO, 2013, p. 36). Assim, constituem-se através das relações desencadeadas em diferentes espaços e temporalidades, as quais lhes possibilitam, de forma consciente ou inconsciente, atribuírem sentidos variados aos seus fazeres diários.

O aspecto ordinário de tais práticas é salientado por Savolainen (2007) ao defender a inserção de outros contextos de informação que estão para além daqueles relacionados ao ambiente do trabalho (descritos pelo autor citado através da expressão *nonwork contexts*). Nesse sentido, direciona uma crítica aos estudos de usuários tradicionais e alternativos por terem privilegiado usuários profissionais, especialmente, cientistas e pesquisadores, analisados em espaços institucionais, como bibliotecas, arquivos e centros de documentação, enfatizando o contexto da comunicação científica.

Na perspectiva de Savolainen (2007), para a busca e o uso da informação não é necessário somente a opção por canais e fontes formais ou estritamente científicas. Desse modo, o autor enfatiza os “hábitos de mídia”, ou ações cotidianas de informação, perspectiva esta que abrange desde ler um jornal ou ouvir uma estação rádio, até assistir televisão ou navegar na *web*. Sua noção de cotidiano, portanto, diz respeito ao “conjunto de qualidades relativamente estáveis e recorrentes no trabalho e no tempo livre, relacionados com o familiar, ordinário e rotineiro” (ARAÚJO, 2015, p. 15).

Savolainen (1995; 2007) direciona o olhar para atividades que podem se concretizar em diferentes espaços, tais como cafés, bares, supermercados ou clínicas médicas, dentre inúmeros outros, defendendo que, em suas ações cotidianas, os indivíduos podem julgar a relevância dos canais e fontes de informação disponíveis nos ambientes de que participam e interagem, selecionando-os conforme os seus interesses. Isto significa que é preciso levar em conta tanto o que os indivíduos priorizam, como o que eles negligenciam em seu cotidiano a partir de suas referências e *backgrounds* culturais.

Conforme o modelo ELIS, a cultura ou mesmo as classes sociais as quais as pessoas estão inscritas oferecem modelos básicos para seus estilos de vida. Nesse sentido, representam esquemas perceptivos, cognitivos e práticos responsáveis por guiar hábitos e atitudes em relação à vida pessoal e/ ou profissional, mas também no tocante ao uso de variados tipos de fontes e canais de informação na resolução de problemas cotidianos. O modo como as informações se apresentam aos indivíduos, estando de modo implícito ou explícito, com muita ou pouca margem para a interpretação, ampliando ou reduzindo o papel da cultura no processo de busca, seleção, avaliação, uso, apropriação e compartilhamento de informações configura-se como elemento essencial à aplicação do modelo ELIS.

Desse modo, ganha relevância as práticas relacionadas à informação desempenhadas não por cientistas ou técnicos – como se debruçam os estudos de usuários que seguem uma abordagem tradicional ou alternativa –, e sim por indivíduos comuns, em suas experiências ordinárias. Para Certeau, não basta o indivíduo ser autor de suas práticas sociais, mas “[...] é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza” (CERTEAU, 1994, p. 142).

O “homem ordinário” (re)inventa o cotidiano através de suas “artes de fazer”, ou seja, por meio de suas ações ele pode atribuir novos sentidos e significados a espaços, objetos e até informações, podendo atuar também no que já está dado pela sociedade. No entanto, faz-se necessário enfatizar os aspectos dialéticos presentes na relação entre agência e estrutura, e ressaltar que, ao atribuir novos sentidos e significados ou transformar aquilo que já está posto em algo novo, gramáticas ou matrizes sociais devem ser engendradas, ainda que de forma flexível, conforme as disposições incorporadas pelos indivíduos.

Assim, os paradigmas tradicional e alternativo dos estudos de usuários podem ser associados aos paradigmas da Ciência da Informação, especialmente o físico e o cognitivo. Por seu turno, a ideia de práticas informacionais estaria estreitamente vinculada ao paradigma social

por incorporar questões mais amplas relacionadas à informação, contribuindo com o desenvolvimento de uma abordagem sociocultural no âmbito dos estudos de usuários. Abordagem esta que vem ganhando força à proporção em que conceitos, teorias e métodos de diferentes disciplinas das Ciências Humanas e Sociais vão sendo sucessivamente inseridos na Ciência da Informação sem abalar sua autonomia científica.

5. Considerações finais

A pluralidade cultural existente em diferentes grupos de indivíduos exige com que haja um cuidado por parte do pesquisador ao tentar identificar, compreender e analisar as práticas dos usuários da informação, justamente porque se deve exercitar uma sensibilidade constante no intuito de tentar captar como os indivíduos fazem suas escolhas, atentando para o que consideram útil ou não para satisfazer suas demandas informacionais e solucionar problemas surgidos em contextos profissionais ou pessoais.

As abordagens tradicional e alternativa dos estudos de usuários tratam, de um lado, a informação como algo autônomo, que basta por si, de caráter mensurável ou cognoscível; enquanto do outro, o usuário é estudado individualmente, sem se levar em conta o contexto sociocultural no qual encontra-se inserido. Por sua vez, o modelo ELIS, que dá suporte à noção de práticas informacionais, permite com que a informação seja compreendida como processo, e isto implica em dotá-la de dimensões intersubjetivas, abordando-a para além de sua materialidade ou de sua natureza como objeto cognoscível. Desse modo, o modelo ELIS reforça a necessidade de estudos no campo da informação que a tomem enquanto elemento da cultura, levando em consideração, portanto, sua potência simbólica.

A apropriação de conceitos de Pierre Bourdieu por Reijo Savolainen – como, por exemplo, o de *habitus* – possibilita que sejam explorados os aspectos intersubjetivos ligados ao modo como se dá a relação entre usuário e informação em variados espaços de interação. Assim, admite que as dinâmicas socioculturais nas quais os indivíduos se encontram inscritos afetam desde esquemas perceptivos e cognitivos, até comportamentos e práticas, podendo incidir nos modos como buscam, acessam e utilizam as informações ao seu redor.

Portanto, a Teoria da Prática bourdieusiana auxilia a noção de práticas informacionais no entendimento de que as ações dos indivíduos não são conformadas, unicamente, por elementos objetivos, nem por aspectos meramente subjetivos, mas, sim, por um embate entre

agência e estrutura, interioridade e exterioridade, indivíduo e sociedade. Desse modo, oferece importantes contribuições teórico-conceituais à Ciência da Informação ao reforçar a ideia de que a informação se constitui a partir de sua relação com o indivíduo, e deste com o mundo.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 89-103, 2009.

ALMEIDA, M. A. Informação, cultura e sociedade: reflexões sobre a ciência da informação a partir das ciências sociais. In: LARA, M. L. G.; FUJINO, A; NORONHA, D. P. (Orgs). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007.

ARAÚJO, C. A. A. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014.

_____. Imaginação e sociabilidade: novos conceitos para o estudo de usuários da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16. 2015, Belo Horizonte. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 2015.

_____. O sujeito informacional no cruzamento da ciência da informação com as ciências humanas e sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14. 2013, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: ANCIB, 2013.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2003.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHOO, C. W. **A Organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: SENAC, 2006.

CUNHA, M. B. Metodologias para estudo de usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 10, n. 2, p. 5-19, jul./dez. 1982.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da**

informação. São Paulo: Atlas, 2015.

DERVIN, B.; NILAN, M.. Information needs and uses. **Annual review of information science and technology**, v. 21, p. 3-33, 1986.

FIGUEIREDO, N. M. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 43-57, jul./dez. 1983.

_____. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.

FURTADO, R. L. et al. Comportamento informacional de usuários de um telecentro. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 30-49, ago. 2015.

GONZÁLEZ TERUEL, A. **Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales**. Gijón: Trea, 2005.

GUARALDO, T. S. B. **Práticas de informação e leitura: mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores de um jornal popular do interior de São Paulo**. 2013. 239 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

ILHARCO, F. **Filosofia da informação: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão**. Lisboa: Universidade Católica, 2003.

LIMA, A. **Aproximação crítica à teoria dos estudos de usuários de bibliotecas**. Londrina: Embrapa-CNPSo; Brasília: Embrapa-SPI, 1994.

LOGAN, R. K. **Que é informação: a propagação da organização na biosfera, na simbologosfera, na tecnosfera e na econosfera**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E .M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2006.

MARTELETO, R. M.. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 89-93, 1995.

NASCIMENTO, D. M. A abordagem sócio-cultural da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 25-35, jul./dez. 2006.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A.. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-35, abr. 2002.

ORTIZ, R. Introdução: a procura de uma sociologia da prática. In: _____. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PINTO, F. V. M.; ARAÚJO, C. A. A. Contribuição ao campo de usuários da informação: em busca dos paradoxos das práticas informacionais. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, set./dez. 2012.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeing in the context of way of life. **Library and Information Science Research**, n. 17, p. 259-294, 1995.

_____. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **Library Quarterly**, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, Aug. 2002.

SILVA, A. W. C.; NUNES, J. V. Práticas informacionais como paradigma: por uma teoria social da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15. , Belo Horizonte. 2014. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2014.

TANUS, G. F. S. C.. Enlace entre os estudos de usuários e os paradigmas da ciência da informação: de usuário a sujeitos pós-modernos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 144-173, jul./dez. 2014.

TAYLOR, R. S. Professional aspectos of information science and technology. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 1, p. 15-40, 1966.

TERTO, A. L. V.; DUARTE, A. B. C. A prática informacional dos usuários de um sistema de informação a partir de uma perspectiva compreensiva. **Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, Lima, n. 54, p. 52-60, 2014.

THIRY-CHERQUES, H. R.. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, fev. 2006.

VENANCIO, L. S.; NASSIF, M. E. O comportamento de busca de informação sob o enfoque da cognição situada: um estudo empírico qualitativo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 95-106, apr. 2008.

WACQUANT, L. Esclarecer o habitus. **Educação & linguagem**, ano 10, n. 16, p. 323-336, jul./dez. 2007.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v. 37, n.1, p. 3-15, 1981.

_____. Human information behavior. **Information Science**. v. 3, n. 2, p. 49-54, 2000.

YEOMAN, A. Applying McKenzie’s model of information practices in everyday life information seeking in the context of the menopause transition. **Information Research**, v. 15, n. 4, 2010.

Artigo submetido em: 13 jul. 2017

Artigo aceito em: 18 set. 2018